

## CURRÍCULO, DISCURSO E PODER: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

Lucas Melo de Abreu Júnior; Myllenna de Oliveira Santos; Ivanilda dos Santos Oliveira;  
Ângela Maria Marques.

*Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: lucasmellosso@gmail.com. Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: myllennadeoliveira@hotmail.com. Universidade Estadual de Alagoas. E-mail: ivanilda\_carlos@hotmail.com. Universidade Estadual de Alagoas. E-mail: angelamarque@gmail.com.*

### RESUMO

A política de Educação e conseqüentemente de currículo vem sofrendo ataques nesses últimos anos, no tocante à discussão de gênero. A partir disso, uma onda conservadora atuante em espaços democráticos e de construção de direitos vem debatendo os conteúdos que devem ou não fazer parte da escola, assim, o gênero e a diversidade sexual passaram a ser excluídos com o intuito de silenciar e negar a entrada dessas categorias no universo escolar. Contudo, o objetivo deste trabalho é apresentar o currículo enquanto um espaço de disputa quando se trata de questões como gênero e diversidade sexual. A pesquisa adota, como fundamento metodológico, um referencial político-filosófico pós-estruturalista. Portanto, a pesquisa aqui problematizada, encontra-se embasada num arsenal investigativo e metodológico diversos de pesquisa em um campo de cunho qualitativo. Desse modo, a pesquisa contribui para refletir o movimento conservador e violento que a educação pública vem sofrendo nos últimos anos, bem como, a partir desse contexto apresentar elementos teóricos que podem contribuir para combater e (des)construir conceitos que marginalizam e excluem sujeitos do processo educativo, onde o currículo é visto como um importante dispositivo no qual pode contribuir para a afirmação ou negação da onda conservadora.

**Palavras-chave:** Currículo, Discurso, Educação, Gênero.

### Introdução

Vem crescendo os debates acerca do currículo e, conseqüentemente, dos conteúdos que devem perpassar esse instrumento escolar, tal debate tornou-se acirrado por diversas razões e uma delas problematiza a autonomia das professoras, dos professores e dos demais profissionais que compõe a escola e contribuem na construção do currículo, tendo em vista que as políticas e as práticas de currículo, muitas vezes, são construídas de modo hierárquico e reduzido a resultados quantitativos. Pouca foi e é à participação dos estudantes e profissionais que conhecem, vivem e interveem nos problemas do ensino e da aprendizagem.

A política de Educação e conseqüentemente de currículo vem sofrendo ataques nesses últimos anos, no tocante a discussão de gênero, sem deixar de citar o movimento de reformulação da Base Comum Curricular Nacional para a Educação infantil o Ensino Fundamental foi finalizada em 2017. A partir disso, uma onda conservadora atuante em espaços democráticos e de construção de direitos vem debatendo os conteúdos que devem ou não fazer parte da escola, o gênero e a diversidade sexual passou a ser agenda de luta desse movimento com o intuito de silenciar e negar a entrada dessas categorias no universo escolar. Essa conjuntura e as reformas educacionais precisam ser

objeto de luta e debates em espaços diversos, principalmente o de construção do saber científico agregando aqueles que de modo direto atua e conhecem os problemas da educação, as/os docentes.

Nesse sentido, falar de saber, de gênero, de sexualidade, de identidade, de raça, de religião, de ideologia dentre outras categorias formativas da ética humana e de tudo aquilo que diz respeito à convivência em sociedade, perdeu o seu caráter democrático, ao mesmo tempo em que deixou de reconhecer as diferenças entre os sujeitos sociais. O currículo apresenta-se enquanto um espaço de disputa, o que (re)afirma sua importância na formação de uma sociedade sujeita e calcada nos valores humanos de respeito as diferenças.

A pesquisa adota, como fundamento metodológico, um referencial político-filosófico pós-estruturalista. O pós-estruturalismo é uma corrente, por assim dizer, “um conjunto de experimentos acerca de textos, ideias e conceitos que mostram como os limites do conhecimento podem ser atravessados e revertidos em relações subversivas” (WILLIAMS, 2013, p. 42). Portanto, a pesquisa aqui problematizada, encontra-se embasada num arsenal investigativo e metodológico diversos de pesquisa em um campo de cunho qualitativo. Buscamos vários autores que serviram de base para o estudo, como: Foucault (2009), Butler (2015), Louro (2016), Hall (2015), Scott (1995) dentre outros teóricos e teóricas que possam “esclarecer” as questões levantadas, além de facilitar a crítica ao pensamento pós-estruturalista. Sobre as concepções teóricas de currículo, utilizaremos: Arroyo (2013), Silva (2002), Apple (2006) além de outras referências que possam contribuir com uma visão de currículo ampliada e crítica.

### **A construção do sujeito: o gênero enquanto categoria<sup>1</sup> em destaque**

Pensar a formação do sujeito no mundo moderno não é tarefa fácil, logo temos um aparato científico complexo que produzem discursos diversos em relação ao sujeito e sua natureza. A fim de sinalizar algumas das ciências que produzem o saber sobre ele temos: a psicologia, a sociologia, a antropologia, a medicina, a biologia, a fenomenologia, a psicanálise dentre outras. Assim, podemos enunciar que o sujeito, por ora, encontra-se em construção, pois

---

<sup>1</sup> Segundo Scott (1995, p. 85) A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino, outras reconhecem uma “questão feminista”, outra ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetivista, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido.

ele é histórico, mutável e complexo. No entanto, o saber sobre o sujeito ainda é reduzido pelo que é empírico, material e concreto, algumas ciências se determinam, por assim dizer, como precisando de uma matéria tangível para produzir conhecimento, outras formas de produção do saber que foge dessa realidade “manipulável” é contestável em sua estrutura.

Diante disso, o sujeito é observável, ele é produto, tem um corpo que é manipulado, dissecado, observado e controlado, esse corpo é a materialidade do sujeito, o sujeito produto empírico do saber: “ninguém vai ao humano senão pelo corpo” (LIMA, 2011, p. 51, grifos do autor). Temos aí as ciências que irão classifica-lo e produzi-lo, como: a medicina e a biologia, seu objetivo é decifrar os “segredos” do corpo reduzido a um sistema “neuro”. Essas ciências citadas terão destaque a partir do século XIX, como ciências próprias do saber sobre o sujeito, sendo assim, a verdade que carregam constituem-se em referências binárias de normal e anormal, de doente e sadio, de feio e belo, logo o corpo passará por esse processo de classificação na qual a instância degenerada será excluída e violentada por essa binaridade discursiva, o objetivo é chegar ao sujeito/corpo perfeito.

Mas quem é esse sujeito? Do que podemos depreender do corpo/sujeito? O que, de fato, constituem características do corpo/sujeito? Podemos questionar e produzir discursos sobre o sujeito e seu corpo, é inerente falar das pessoas e não produzir saber sobre o corpo. As pessoas são julgadas, classificadas pelo senso comum, por meio das roupas, dos adornos, de suas práticas corporais, das marcas que carregam em seus corpos, de sua expressão como um todo, por assim dizer, daquilo que está, circula e, linguisticamente, produz sobre o corpo (LOURO, 2016). O sujeito no qual falamos tem um corpo, ou seja: a mulher, o homem, a criança, o idoso, a pessoa com deficiência, o negro e a negra e etc. Sendo assim, “o corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder” (BUTLER, 2015, p. 162).

Logo, pensar nessas relações de poder que instituem formas de ser ao corpo/sujeitos nunca são postas em sua materialidade por completo, o sujeito é assujeitado de forma superficial, em sua pele, por isso os conflitos e revoluções internas, o sofrimento do corpo ao responder a um gênero que lhe é imposto expõe essa superficialidade no discurso e nas concepções científicas das ciências essencialistas (medicina, biologia), não homem e não mulher por completo, esses corpos carregam em si transformações constantes ao longo da vida.

O uso dessas características para falar do sujeito inesgotado e múltiplo nas dimensões em relação àquelas que o reduzem em macho e fêmea, acaba por reduzir o saber ao biológico, ao médico que muito produz e pouco sabe. Falar do sujeito, para além da matriz binária, é problematizar aquilo que até agora configura as relações entre homens e mulheres sem considerar

outras dimensões próprias, mas que são negadas por bases essencialistas negando as experiências de feminilidade e masculinidade em sua pluralidade. Sobre isso, destacamos o gênero, visto que essa categoria, colocada por Scott (1995), enquanto categoria útil de análise histórica, vem travando debates em torno dessas ciências cujo objetivo é refazer o sujeito, no qual, não se reconhece naquela identidade: racional, unificada, branca, heterossexual, cristã, de classe média (HALL, 2015). O gênero, não é um marcador de diferença de sexo, mas é utilizado para problematizar as relações de poder entre os sujeitos, tendo o corpo como produção de saber “neutro”, de hierarquias e de violências.

Logo, o sujeito corporificado e construído pelos discursos científicos encontra-se em crise na sociedade moderna, ele não mais se reconhece nas dimensões do sexo biológico, os estereótipos sociológicos e culturais que aprisionam os sujeitos em suas vidas cotidianas, como: casamento, monogamia, heteronormatividade, submissão de mulheres e outras práticas discursivas produzidas ao longo da história que tencionam as relações entre as instituições sociais e a vida individual de cada ser. O que temos a ser considerado é a dimensão complexa e diversa que os distintos sujeitos carregam em si, as fronteiras são borradas, as instituições, como: a escola, a família, o Estado e outras, não estão dando conta de responde às necessidades dos corpos, dos desejos, dos sonhos e dos sujeitos, para isso é preciso considerar e superar a visão reduzida que vem sendo produzida sobre: as mulheres, os homens, as crianças, os idosos e as idosas, os negros e as negras, as pessoas com deficiências e outros sujeitos que buscam liberdade e participação social.

### **Educação, currículo e discurso: sobre o sujeito *descentrado***

Na educação, o sujeito, ao longo da história, vem sendo descentrado sob diversos aspectos, como: metodologia, objetivos, conteúdos, teorias/práticas, instituições, classificações, cálculos dentre outros mecanismos que buscam contemplar a sua natureza humana, psíquica, orgânica etc. a fim de constituir um sujeito universal. As dificuldades encontradas por meio da educação é a variedade de disciplinas e saberes que se fundamentam discursivamente sobre seu campo, fechando assim o diálogo com o diverso quando passa a contemplar uma só natureza, uma só concepção de humano, de sujeito, de mulher, de homem, de sociedade, de cultura, de ciência etc.

A educação, desse modo, passa a decidir quais formas de ser que serão aceitas ou não, dando margem aquilo que Foucault destaca como *biopolítica*, ou seja, as tecnologias desenvolvidas para gerir, racionalizar, formar e

objetivar os interesses do governo no controle da população (YAZBEK, 2015), sendo a escola e o currículo uma dessas tecnologias de governo.

É importante destacar que a educação tem seu objetivo voltado para a formação do sujeito, levando em consideração os diversos momentos históricos e suas particularidades, bem como seus métodos e organização didático-pedagógico. Além disso, outra característica do processo educativo é problematizada por Foucault (2009) enquanto um grande sistema discursivo de apropriação política, em suas palavras o “sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (ibid, 2009, p. 44). Logo, passamos a entender a complexidade na qual a educação é forjada, temos aí alguns aspectos para problematizar, como: a biopolítica, o discurso e as relações de poder que se encontram embrincadas na formação do sujeito sob as diversas práticas/técnicas que atacam a sua subjetividade.

Logo, se passarmos a investigar os conteúdos, as formas de ensino, a disposição das salas de aula, os diversos sujeitos que atuam e constroem a estrutura escolar, bem como aqueles e aquelas que são considerados produtos da educação, sofrem um regime discursivo condizente com a concepção social de política considerando o momento histórico. No caso brasileiro, por exemplo, durante a ditadura militar, entre as décadas 1960 e 1970, tínhamos uma concepção educativa tensionada para a ordem e o progresso, a política era voltada ao regime militar e a escola uma extensão ideológica desse governo, as práticas e concepções pedagógicas eram autoritárias e o sujeito formado fundamentava-se nas concepções de disciplinamento, eugenia, civismo e família enquanto célula social a ser organizada. Várias foram às disciplinas e conteúdos próprios para esses fins, podemos aqui citar a educação física com ênfase nas práticas e posturas corporais, a educação moral e cívica na qual buscava exaltar o nacionalismo brasileiro, educação doméstica voltada aos padrões de modelos familiares patriarcais e opressores à mulher, dentre outros discursos disciplinares pontuados pelo ato de ensinar.

Sobre o ato de ensinar, no qual, o regime militar explicitou sua prática, Demo (2015) explica que no processo educativo existem práticas de disciplinamento, pois as relações sociais são marcadas por relações de poder. Em contrapartida, para ele o “ambiente adequado de educação exige o diálogo de sujeitos, de cariz participativo e auto formativo, tornando-se contraproducente a relação externa, quando predominante” (ibid, 2015, p. 11). Se considerarmos a participação do sujeito enquanto sinalizadora de uma “formação”, “construção” e “desconstrução” de relações éticas voltadas para o reconhecimento da diversidade humana, percebemos que em contextos, no qual, a educação caracteriza o autoritarismo e a redução

de conteúdos direcionados ao mundo do trabalho, a sociedade acabará por acentuar a violência e a negação do Outro sob o rótulo de um sujeito universal, prevalecendo a concorrência, a meritocracia e a miséria entre as pessoas.

Desse modo, falar de saber, de identidade, de raça, de religião, de ideologia e outras categorias formativas da ética humana e de tudo aquilo que diz respeito à convivência em sociedade, perdeu o seu caráter democrático, ao mesmo tempo em que deixou de reconhecer as diferenças entre os sujeitos sociais, principalmente, no tocante aos espaços de formação, diálogo e convivência, como a escola e o seu currículo no qual inclui os conteúdos “significativos” e que poderiam interpelar e ampliar a visão de mundo dos sujeitos. Logo, é “papel da escola fomentar a construção de uma ética fundada no respeito aos direitos humanos como condição básica da vida em sociedade” (JESUS et. al., 2008, p. 50).

Diante disso, fica em aberto até que ponto ou de que forma as necessidades e escolhas da comunidade escolar são levadas em consideração, bem como se tais conteúdos refletem a real necessidade dos alunos e alunas presentes no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, o currículo é compreendido enquanto discurso sintonizado com as mudanças sociais, expressando continuidades e rupturas, é por assim dizer um dispositivo político e crítico de transformação social.

Sobre o discurso, Foucault (2008, p. 8-9) coloca que:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

São muitas as polêmicas, principalmente sobre questões humanas e que envolvem o saber sobre si e sobre o outro, saberes esses que invadem questões diversas, como: sexo, identidade, corpo, classe, gênero, raça/etnia, pessoa com deficiência, religiosidade etc. Fica claro o quanto o currículo é importante e é um espaço de poder, é por ele que os sujeitos sociais passarão a ter contato e “esclarecimento” sobre os conhecimentos do meio em que vivem, das relações sociais e de si, pois não podemos esquecer que muitos problemas vivenciados hoje, como: violência e suas diversas expressões, ocorrem devido a falta de conhecimento que resulta em (re)produção de práticas preconceituosas e carregadas de estereótipos, principalmente sobre o gênero.

Para Jesus (et. al., 2008, p. 47):

O currículo não é uma operação meramente cognitiva, em que determinados conhecimentos são transmitidos a sujeitos prontos. Em vez disso, deve ser visto como um discurso que, ao corporificar as narrativas

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos – e sujeitos também muito particulares.

Trabalhar o currículo enquanto um dispositivo discursivo de poder-saber é abrir espaço para que os sujeitos sejam representados, tenham sua autonomia subjetiva afirmada e, ao mesmo tempo, possibilitem subverter estereótipos e discursos que produzem violências diversas, logo é de extrema importância essas discursões atreladas às políticas públicas, tendo em vista que tudo isso é vivenciado na escola e conseqüentemente implica no desenvolvimento e na aprendizagem das alunas e dos alunos ocupantes e atuantes daquele espaço. Pensar o currículo e a (re)produção das demandas sociais, principalmente das de gênero, é uma questão de sobrevivência, destacando assim seu caráter urgente de investigação e pesquisa.

## **Conclusões**

Desta forma, é preciso entender o significado de gênero, no qual, sua definição está para além daquilo que se entende e se classifica o ser humano entre homem e mulher. O gênero emerge como uma categoria de análise histórica que busca compreender por meio de elementos culturais, sociais, políticos, econômicos dentre outros as relações entre homens e mulheres enquanto relações de poder, logo o gênero não é algo marcadamente biológico sobre a anatomia que diferem os sujeitos, mas um elemento que crítica, subverte e busca produzir relações de igualdade entre homens, mulheres e outros sujeitos. Sendo assim, o gênero é por assim dizer um discurso histórico que produz comportamentos dentro daquilo esperado para homens e mulheres considerando os diversos elementos presentes na cultural, principalmente o histórico-discursivo.

Sobre o currículo, Arroyo (2013) pontua questões polêmicas envolvendo o gênero e outras diversas categorias de estudo, sua convergência é a identidade de um currículo que leve em consideração o movimento e a mudança social. Para ele o currículo é um território em disputas, no qual, distintas narrativas, subjetividades e necessidades são tensionadas por espaços de reconhecimento. Em síntese, o currículo constitui o campo de relações que molda, através da ação do processo educativo e de suas tecnologias, o sujeito da educação, fazendo-o identificar-se ou não com certas práticas pelas quais ele passa durante sua estadia em uma instituição escolar.

Os sujeitos buscam representatividade, dignidade, respeito, liberdade, autonomia e mudança na qualidade de vida e o currículo escolar é a

porta de entrada para a (trans)formação. Além disso, pensar o currículo é refletir também sobre os saberes docentes e como esses são problematizados, produzidos, independentes e ativos no processo de ensino e aprendizagem, bem como na construção discursiva do currículo. Ou seja, até que ponto os saberes das professoras e dos professores atendem as demandas sociais da diversidade cultural e sexual, das minorias, das identidades etc.

Portanto, as questões de gênero e o currículo, enquanto relações de poder são postas em conflitos permanentes pelo momento histórico em que vivemos. Desta forma, (re)pensar a construção do currículo na escola considerando a formação do sujeito sobre uma perspectiva dos estudos de gênero e diversidade humana/sexual é de extrema importância, bem como uma crítica à política de currículo nacional, na qual, passa a considerar uma ala conservadora (os/as representantes de igrejas e outras correntes ideológicas) em detrimento dos saberes científicos/multidisciplinar daqueles que são formados para atuar na educação: os pedagogos e pedagogas.

## Referências

APLLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Tradução de Vinícios Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2015.

DEMO, Pedro et. al.. **Grandes Pensadores em Educação**. 6. ed. Rio Grande do Sul: Mediação, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. Tradução de Laura F. de A. Sampaio. 18. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

JESUS, Beto de et. al. **Diversidade Sexual na Escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. Ed. Especial, revista e ampliada. São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008.

LIMA, Walter Matias. Breve história do devir-corpo. In: Leitão, Heliane de A. Lins (Org.). **Coisas do Gênero: diversidade e desigualdade**. Alagoas: Edefal, 2011. p. 45 – 54.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: autêntica, 2016.



SCOTT, Joan. **Gênero:** uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação e Realidade. 20 (2), p.71-99, 1995. Disponível em < [moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=39565](http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=39565)> Acesso em: 28 nov. 2015, 10:23:01.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo.** Tradução de Caio Liudvik. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

YAZBEK, André Constantino. **10 lições sobre Foucault.** 6. ed. Rio de Janeiro: vozes, 2015.